

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
 Capítulo 1	
CENÁRIO LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.....	37
Bruno Monteiro Portela e Rafael Dubeux	
 Capítulo 2	
COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS.....	55
Caio Márcio Melo Barbosa	
2.1. Repartição de Competências.....	55
2.2. Competências Administrativas.....	56
2.3. Competências Legislativas.....	59
2.4. Competência da União para Legislar sobre Normas Gerais de Licitação e Contratação	69
2.5. Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	70
 Capítulo 3	
CONCEITOS LEGAIS E INFRALEGAIS.....	77
Bruno Monteiro Portela	
3.1. Agência de Fomento	82
3.2. Criação e Criador	83
3.3. Incubadora de Empresas.....	83
3.4. Inovação.....	84
3.5. Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT).....	89
3.6. Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).....	93
3.7. Fundação de apoio.....	93
3.8. Pesquisador público.....	94

3.9. Inventor Independente.....	97
3.10. Parque Tecnológico	97
3.11. Polo Tecnológico.....	97
3.12. Extensão Tecnológica	98
3.13. Bônus Tecnológico.....	99
3.14. Capital intelectual	100

Capítulo 4

POLÍTICA DE INOVAÇÃO DAS ICTS PÚBLICAS E NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (NIT)..... 103

Leopoldo Gomes Muraro e Caio Márcio Melo Barbosa

4.1. Instrumentos de concretização do Marco Legal de CT&I e o modelo da Hélice Tríplice da Inovação.....	103
4.2. Regime Jurídico de Direito Público e Segurança Jurídica.....	108
4.3. Política de Inovação das ICTs Públicas	110
4.3.1. Normas que estabelecem critérios e parâmetros	113
4.3.2. Normas que estabelecem procedimentos e atribuições	117
4.4. Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT	120
4.4.1. Formas de constituição do NIT	121
4.4.2. Papel do NIT	125

Capítulo 5

AMBIENTES PROMOTORES DE INOVAÇÃO 133

Caio Márcio Melo Barbosa

5.1. Considerações Gerais	133
5.2. Incubadoras de Empresas.....	143
5.3. Aceleradoras de Negócios.....	146
5.4. Parques Tecnológicos	147
5.5. Polos Tecnológicos	148
5.6. Participação do Estado na Criação e na Governança das Entidades Gestoras dos Ambientes Promotores de Inovação.....	148
5.7. Cessão de Uso Privativo de Bem Imóvel Público	149
5.8. Compartilhamento da Infraestrutura Laboratorial, Materiais e Demais Instalações das ICTs Públicas para Incubação de Empresas.....	159

Capítulo 6

INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE PARCERIA	163
Leopoldo Gomes Muraro	
6.1. Contextualização e elementos das parcerias.....	163
6.1.1. Contextualização constitucional e legal das parcerias	163
6.1.2. Pressupostos jurídicos das parcerias de CT&I	164
6.1.2.1. Objeto jurídico incerto das pesquisas.....	165
6.1.2.2. Obrigações de meio das relações jurídicas de PD&I	169
6.1.3. Sujeitos jurídicos	171
6.1.4. Plano de Trabalho	172
6.1.5. Vigência das parcerias.....	178
6.2. Principais instrumentos jurídicos previstos no Marco Legal de CT&I.....	182
6.2.1. Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I.....	182
6.2.2. Termo de Outorga.....	187
6.2.2.1 Concessão de bônus tecnológico e subvenção econômica	188
6.2.2.2 Concessão de bolsas e auxílios	189
6.2.2.2.1 Bolsas: conceito e tipos.....	190
6.2.2.2.2 Auxílios: conceito e tipos	193
6.2.2.3 Competência para cada Agência de Fomento e ICT regulamentar internamente a concessão do Termo de Outorga	194
6.2.3. Contrato de outorga de uso de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações das ICTs públicas	195
6.2.4. Contrato de prestação de serviços técnicos especializados....	202
6.2.5. Convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I	207
6.2.5.1 Diferentes tipos de Convênios (latu sensu) na legislação brasileira: Convênio do pacto federativo (Decreto nº 6.170/07), MROSC (Lei nº 13.019/14) e Convênio para PD&I (Decreto nº 9.283/18)	208

6.2.5.2	Aspectos gerais do Convênio para PD&I previsto no Decreto nº 9.283/18	217
6.2.6.	Acordo de cooperação internacional para ciência, tecnologia e inovação – CT&I	221
Capítulo 7		
	PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	227
	Rafael Dubeux	
7.1.	Introdução.....	227
7.2.	Abrangência do Novo Modelo	229
7.3.	Disposições Gerais	237
7.4.	Monitoramento e avaliação.....	239
7.5.	Relatórios finais.....	242
Capítulo 8		
	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	251
	Rafael Dubeux	
8.1.	Introdução.....	251
8.2.	Alteração de créditos orçamentários sem necessidade de lei	252
8.3.	Mudança de categoria entre despesa corrente e investimento	256
8.4.	Captação e gerenciamento de recursos por meio de fundação de apoio à ICT	264
8.5.	Possibilidade de fixar nova categoria orçamentária para P&D.....	266
Capítulo 9		
	SUBVENÇÃO ECONÔMICA.....	271
	Bruno Monteiro Portela	
Capítulo 10		
	BÔNUS TECNOLÓGICO.....	281
	Bruno Portela e Leopoldo Gomes Muraro	
Capítulo 11		
	PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NO CAPITAL DE EMPRESAS E FUNDOS DE INVESTIMENTO.....	289
	Bruno Monteiro Portela	

Capítulo 12

COMPRAS PÚBLICAS	297
Rafael Dubeux e Bruno Monteiro Portela	
12.1. Introdução	297
12.2. Regime diferenciado de contratações públicas (RDC)	299
12.3. Dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia.....	305
12.4. Dispensa de documentação para aquisição de produtos para pronta entrega.....	317
12.5. Disposições gerais sobre contratação de produtos de P&D.....	321

Capítulo 13

CONTRATO DE ENCOMENDA TECNOLÓGICA	323
Caio Márcio Melo Barbosa	
13.1. Poder de Compra do Estado.....	323
13.2. Previsão Legal.....	324
13.3. O que é Encomenda Tecnológica.....	328
13.4. Requisitos Fundamentais para Utilização das Encomendas Tecnológicas	330
13.5. Encomendas Tecnológicas vs. Contratos Administrativos Tradicionais.....	335
13.6. Natureza Contratual das Encomendas Tecnológicas.....	341
13.7. Fase Prévia à Celebração.....	345
13.8. Tipos de Contrato (ou Formas de Remuneração).....	349
13.9. Monitoramento da Execução Contratual.....	361

Capítulo 14

IMPORTAÇÃO DE BENS PARA PESQUISA	365
Leopoldo Gomes Muraro	
14.1. Contextualização das isenções. Leis nºs 8.010/90 e 8.032/90	365
14.2. Beneficiários da isenção	368
14.2.1. Beneficiários previstos na Lei nº 8.010/90.....	368
14.2.2. Beneficiários previstos na Lei nº 8.032/90.....	370
14.2.3. Configuração decorrente do Marco Legal de CT&I.....	372
14.3. Classificação das isenções	374

14.4. Órgão anuentes	378
14.5. Aspectos jurídico-administrativos.....	382
14.5.1. Tratamento prioritário e procedimento simplificado	382
14.5.2. Credenciamento pelo CNPq.....	384
14.5.3. Limites globais anuais de isenção	386
14.6. Quadro sinóptico	388

Capítulo 15

TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA 389

Leopoldo Gomes Muraro

15.1. Considerações sobre a propriedade intelectual.....	389
15.2. Transferência e difusão de tecnologia no Marco Legal de CT&I.....	392
15.2.1. Diferença entre licenciamento e cessão da propriedade intelectual	395
15.2.2. Tipos de proteção da propriedade intelectual: direito autoral, propriedade industrial e proteção <i>sui generis</i>	398
15.2.3. Exclusividade.....	400
15.2.4. Oferta tecnológica	402
15.3. Tipos de contrato.....	404

REFERÊNCIAS 409